

2º CLICHÉ

Congresso proíbe entrada de populares

BRASÍLIA — Impedidos de entrar no Congresso, os trabalhadores rurais e proprietários de terras que estão em Brasília para pressionar os Constituintes a aprovarem ou rejeitarem as propostas de reforma agrária tiveram de se contentar com as posições que conquistaram na área externa do prédio, longe do local de votação, que mais uma vez deu a vitória aos moderados.

A disputa entre proprietários e trabalhadores rurais começou cedo. Ainda sem saber da decisão do Presidente da Comissão da Ordem Econômica, Deputado José Lins (PFL-CE), de proibir o acesso de qualquer manifestante às galerias e dependências do Congresso, os integrantes da União Democrática Ruralista (UDR) foram os primeiros a chegar. Eles ocuparam toda a área de acesso ao Salão Negro da Câmara, obedecendo a uma estratégia que tinha o objetivo de tão logo os portões do Congresso se abrissem, ocupar as galerias e deixar os trabalhadores rurais sem espaço de pressão.

Entretanto, os lavradores, liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), eram mais numerosos. Alguns deles se infiltraram no meio dos adversários mas, ao contrário do dia anterior, não houve a necessidade de embates mais violentos. Informados de que teriam que permanecer do lado de fora, os trabalhadores aceitaram a regra do jogo e permaneceram numa posição mais recuada.

Os insultos e agressões da sexta-feira e madrugada de sábado foram

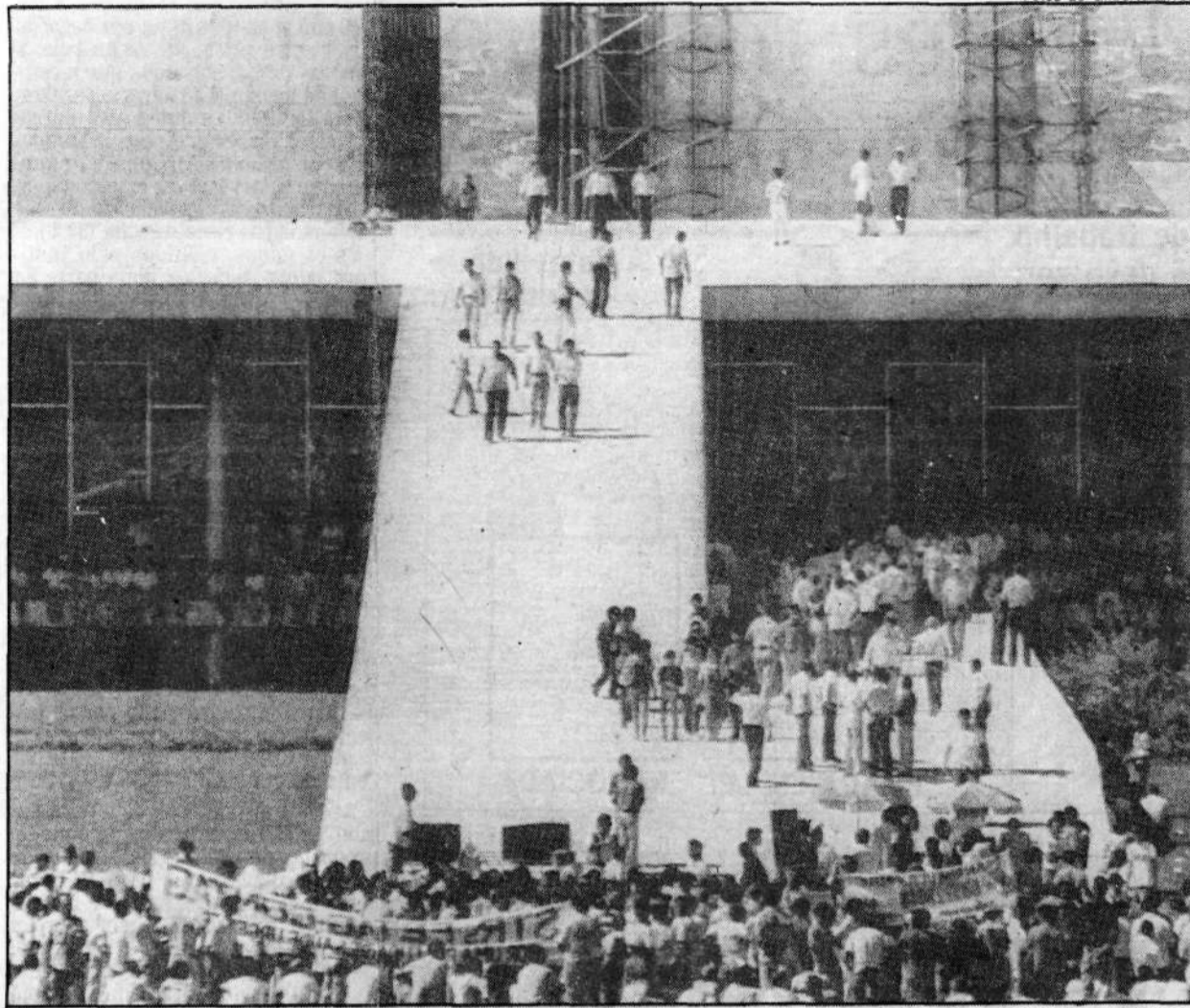
substituídos por refrões, como "um, dois, três, UDR no xadrez", e discursos dos líderes da entidade dos fazendeiros. Por volta do meio-dia, houve uma discreta mudança de posição. Em virtude do forte calor, os trabalhadores rurais abandonaram a rampa e se refugiaram sob a cúpula que representa a Câmara dos Deputados. Ali, protegidos pela sombra, cantaram e fizeram discursos.

As únicas informações dos lavradores sobre o desenrolar dos trabalhos dos Constituintes eram dadas por seus líderes. O Presidente da Contag, José Francisco da Silva, anunciava a derrota das teses que garantem a reforma agrária e ameaçava organizar uma nova investida, no momento em que o assunto voltaria a ser discutido na Comissão de Sistematização.

— Não deixaram a gente entrar para ficarem à vontade e desrespeitarem o Regimento — acusava José Francisco, ao informar que o substituto do Deputado Jorge Viana estava sendo aprovado pela Comissão da Ordem Econômica.

Do outro lado, membros da UDR reagiam à mobilização dos trabalhadores e conclamavam os latifundiários a continuarem pressionando os Constituintes.

— Vamos permanecer aqui reunidos. Não podemos abrir a guarda e permitir que amanhã os jornais publiquem que eles são numericamente superiores — repetia, aos gritos, o Presidente da UDR em Goiás, Salvador Farina.



Impedidos de entrar no Congresso, os trabalhadores rurais, empunhando faixas da Contag, ocupam a rampa

Segurança é reforçada para impedir novo tumulto

BRASÍLIA — Diante do tumulto ocorrido na noite de sexta-feira e na madrugada de ontem entre trabalhadores sem terra, levados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e latifundiários da União Democrática Ruralista (UDR), a segurança do Congresso foi reforçada ontem de manhã e por determinação do Presidente da Comissão de Ordem Econômica, Deputado José Lins (PMDB-CE), montado um esquema de forma a impedir o acesso de populares às galerias e ao Salão Verde da Câmara.

Na véspera, dezenas de pessoas, armadas com facas e revólveres, provocaram sobressalto nos agentes de segurança da Câmara dos Deputados, antes do início da mais tumultuada votação realizada até agora na Constituinte. Por pouco não houve um conflito. Depois de trocarem empurrões nos corredores e no Salão Verde, lavradores e proprietários de

terra foram revistados e desarmados pela segurança.

Durante a votação não chegou a haver qualquer incidente nas galerias entre proprietários e trabalhadores rurais, que se limitaram a gritar palavras de ordem, enquanto no plenário, por volta das 2 horas da madrugada, os Deputados Luís Salomão (PDT-RJ), Aldo Arantes (PC do B-GO) e Haroldo Lima (PC do B-BA) envolveram-se num verdadeiro corpo-a-corpo com parlamentares "moderados".

A partir de agora, durante as votações polêmicas, a segurança da Câmara terá de se preocupar apenas com os possíveis tumultos entre os Constituintes, porque as galerias estarão vazias, como anunciou ontem o Chefe da Segurança, Fernando Pauluci.

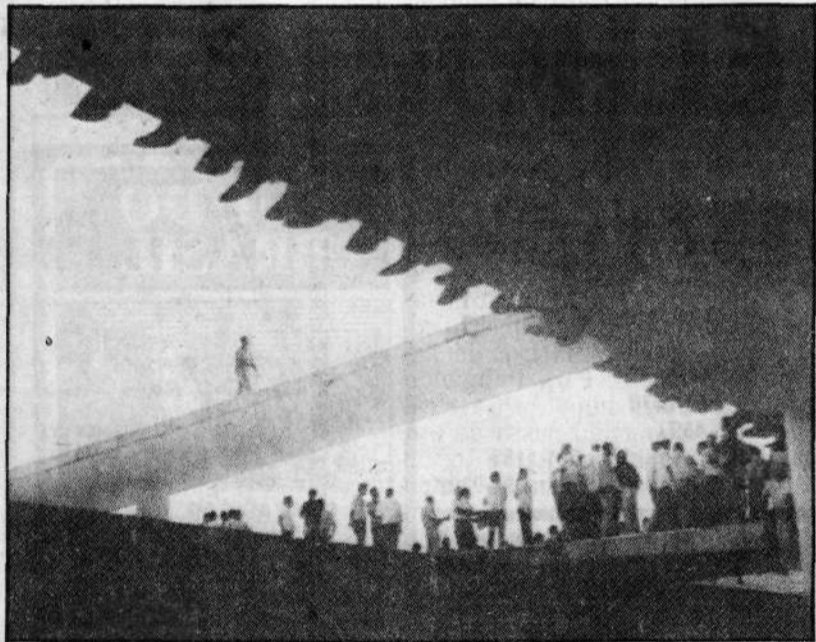
Ontem, os funcionários tomaram o cuidado de bloquear os 14 acessos ao prédio do Congresso e os manifes-

tantes tiveram que se concentrar na rampa principal.

Há dias, o Vice-Presidente da Mesa da Constituinte, Jorge Arbage (PDS-PA), vinha estudando um esquema de rigoroso controle para evitar esses incidentes. Qualquer pessoa que pretendesse entrar no prédio do Congresso teria de se submeter a uma cuidadosa revista, identificar-se e justificar o motivo de sua presença. Mesmo assim, só receberia um crachá se seu ingresso fosse autorizado por algum parlamentar. Segundo Arbage, esses cuidados resolveriam o problema e estaria assegurado que ninguém entraria armado no Congresso.

— O principal é sabermos que não se pode ficar sujeito a portes de armas aqui dentro — explicou Arbage.

Mas os tumultos da madrugada de sábado simplificaram o esquema de Arbage: agora ninguém entra.



Fazendeiros da UDR também ficam de fora e esperam ansiosos a votação

Unanimidade contra demissão injusta

BRASÍLIA — A Comissão da Ordem Social aprovou ontem uma emenda do Deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) que, na prática, inviabiliza a demissão imotivada. Segundo o texto da proposta do parlamentar, "o emprego é considerado bem fundamental à vida do trabalhador e ninguém o perderá sem causa justificada".

Ao defender a sua proposta, Leonelli afirmou que a mesma tinha o objetivo de prever o princípio, na Constituição, da estabilidade no emprego "como um dever de toda a sociedade". A emenda recebeu o apoio do Relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA) e acabou sendo aprovada por unanimidade.

Apesar disso, o Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) protestou contra o não cumprimento de um acordo entre "moderados" e "progressistas", no sentido de deixar a votação dos pontos polêmicos

do substitutivo do Relator para depois de aprovados as questões consensuais. Este acordo teria sido firmado entre os membros do PMDB depois de uma longa reunião no intervalo da sessão.

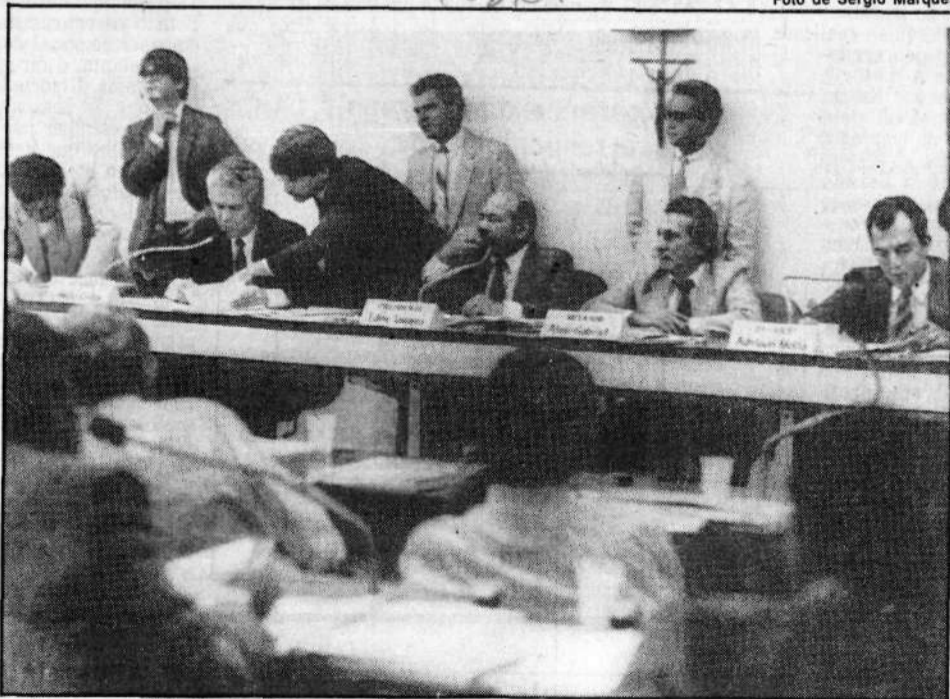
Os cinco pontos sobre os quais "progressistas" e "moderados" tentavam encontrar um consenso eram os seguintes: redução da jornada de trabalho, estabilidade

no emprego, mão-de-obra temporária, direito de greve e prescrição de processo do empregado contra o empregador. Max Rosenmann afirmou que estava disposto a votar favoravelmente ao direito de greve, caso os "progressistas" remetessem para a legislação ordinária a regulamentação da jornada de trabalho. Durante a votação da proposta de

Leonelli, o parlamentar percebeu que o acordo não seria possível. O grupo "moderado" só votou pela aprovação da emenda porque percebeu que não teriam forças para rejeitá-la naquele momento.

Enquanto as discussões se desenvolviam no plenário da Comissão, a preocupação demonstrada pelo público das galerias era com as consequências do novo Plano Cruzado. A Presidente da Associação das Empregadas Domésticas do Distrito Federal, Ana Maria Dagoberta, afirmou não estar mais disposta a ser "fiscal do Sarney" depois do fracasso do Plano Cruzado I. Para ela, a Sunab não terá condições de fiscalizar os preços, mesmo porque "os preços foram remarcados de uma noite para outra".

No mesmo sentido se manifestou um dos dirigentes da Federação das Associações em Defesa da Anistia (Fada), João Ferreira. Para ele, falta credibilidade popular ao Governo para efetivar as propostas do pacote econômico. O Presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) do Nordeste, Renildo de Souza, comentou que a direção nacional da entidade pediu que todas as suas representações estaduais comessem a viabilizar a organização de uma nova greve geral. O assunto será discutido na próxima sexta-feira, quando a entidade fará uma reunião, em Brasília, com todas as suas filiais.



À mesa, Hélio Costa (à esquerda), Edme Tavares, Almir Gabriel e Edison Motta